



- ✓ ~~IVONELIO CALHEIROS LOPES JUNIOR;~~
- ✓ ~~JANDIRA MACHADO DA SILVA BORGES;~~
- ✓ ~~JOELSON ESTUMANO NASCIMENTO;~~
- ✓ ~~JOSE AUGUSTO DE OLIVEIRA CASTRO;~~
- ✓ ~~JOSE CARLOS FERREIRA DA FONSECA;~~
- ✓ ~~KATIA JAMILE PONTES DE OLIVEIRA;~~
- ✓ ~~LEONEL FURTADO FERREIRA;~~
- ✓ ~~LEONIDAS CARNEIRO DA PONTE;~~
- ✓ ~~MARCELO DA MOTA BARATO;~~
- ✓ ~~MARIA DE NAZARE ALVES DE AZEVEDO;~~
- ✓ ~~NELY DE SOUSA SIROTTHAU CORREA;~~
- ✓ ~~ORISVALDO OLIVEIRA DOS ANJOS;~~
- ✓ ~~RAIMUNDO NONATO GAVINHO DA SILVA;~~
- ✓ ~~REGIANE PEREIRA DE OLIVEIRA;~~
- ✓ ~~REGINA LUCIA CARDOSO DE MORAES;~~
- ✓ ~~REGINALDO XAVIER DE SOUZA;~~
- ✓ ~~RICHARD ESTUMANO PICANCO DE OLIVEIRA;~~
- ✓ ~~SEBASTIAO MAURO REBELO SILVA;~~
- ✓ ~~SHEILA LIMA PAMPLONA;~~
- ✓ ~~SILVANA FERREIRA PASSOS;~~
- ✓ ~~THYAGO DA COSTA VIEIRA;~~
- ✓ ~~UBIRAJARA FERREIRA E SILVA;~~
- ✓ ~~WALTER WANDERLEY OLIVEIRA MENEZES;~~
- ✓ ~~WELLINGTON MELO DE FRANCA;~~

Assunto: Férias.

~~PORTARIA Nº 0027/2018 – TCM, DE 11/01/2018~~

Nome: ~~ALEXANDRE MARCIO SOUSA~~

Assunto: Regime especial de trabalho.

A contar de 01/01/2018.

~~PORTARIA Nº 0029/2018 – TCM, DE 12/01/2018~~

Nome: ~~ALBERTINO JOSE MONTEIRO DE LIMA~~

Assunto: ~~Adiar, para gozo oportuno, as férias concedidas pela Portaria nº 1398/2017, de 27/11/2017, referentes ao Período Aquisitivo 2015/2016.~~

~~PORTARIA Nº 0032/2018 – TCM, DE 16/01/2018~~

Nome: ~~FABRICIO BARBALHO ANAISI~~

Assunto: ~~Auxílio Natalidade.~~

~~PORTARIA Nº 0033/2018 – TCM, DE 16/01/2018~~

Nome: ~~REJANE GOMES DOS SANTOS~~

Assunto: ~~Autorizar o afastamento por motivo de doença em pessoa da família.~~

Período: ~~04 a 19/12/2017.~~

~~PORTARIA Nº 0034/2018 – TCM, DE 16/01/2018~~

Nome: ~~MONICA MARIA DA SILVA NASCIMENTO~~

Assunto: ~~Lotar, até ulterior deliberação, na Divisão de Cadastro de Aposentadoria e Pensão DICAP deste Tribunal a partir desta data.~~

~~PORTARIA Nº 0035/2017 – TCM, DE 17/01/2018~~

Nome: ~~Conselheiro SEBASTIAO CEZAR LEAO COLARES~~

Assunto: ~~Férias.~~

Período: ~~26/01 a 26/03/2018; P.A. 2016/2017.~~

~~PORTARIA Nº 0038/2018 – TCM, DE 19/01/2018~~

Nome: ~~EDILZA DA SILVEIRA PEREIRA~~

Assunto: ~~Averbar o tempo de serviço prestado à Iniciativa Privada, no total de 04 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 16 (dezesseis) dias, devendo ser considerado para efeito de aposentadoria e disponibilidade.~~

~~PORTARIA Nº 0039/2018 – TCM, DE 22/01/2018~~

Nome: ~~Conselheiro Substituto SERGIO FRANCO DANTAS~~

Assunto: ~~Interromper as férias concedidas através da Portaria nº 1451/2017, de 19/12/2017, referentes ao Período Aquisitivo 2016/2017, ficando o saldo para gozo oportuno.~~

Protocolo: 12290

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

DESPACHO DE NÃO ADMISSIBILIDADE E
ARQUIVAMENTO DE CONSULTA

(ART. 300, § 3º, DO RITCM/PA)

PROCESSO Nº 201709863-00

NATUREZA DO PROCESSO: CONSULTA

ASSUNTO: PREVIDENCIÁRIO

CONSULENTES: FÁTIMA CONCEIÇÃO RAMALHO TAKANO
EXERCÍCIO: 2017

Trata-se de consulta formulada pela Presidente do Instituto de Previdência do município de Castanhal – IPMC, Fátima Conceição Ramalho Takano (fls. 01), nos seguintes termos:

“Prefeitura Municipal de Castanhal tem operacionalizado descontos previdenciários sobre parcelas remuneratórias que não incorporam em proventos de aposentadoria, em desacordo com a previsão do Art. 4º, §1º, VIII, da Lei Federal nº 10.887/04.

Os servidores sobre os quais incidiram as contribuições indevidas, estão pleiteando junto a Prefeitura Municipal



assim como ao Instituto de Previdência, a restituição das contribuições sobre as verbas não incidentes de contribuição.

Ante a omissão da legislação municipal quanto a previsão de devolução de contribuição previdenciária em via administrativa por parte do IPMC, assim como a vedação do Art. 313, da Lei Municipal nº 003/99, onde se diz que as contribuições “em nenhuma hipótese serão devolvidas”, e não obstante o princípio da legalidade estrita que norteia a administração pública, quais seriam as possibilidades, casos hajam, de restituição de contribuições previdenciárias indevidas ao servidor contribuinte? E caso possível a restituição, como poderia ser executada?”.

A consulta vem formulada por autoridade competente, porém se refere a caso concreto. Desta forma, por não atender requisito exigido pelo Regimento Interno desta Corte, NÃO A ADMITO, e determino o seu ARQUIVAMENTO, nos termos do §3º, do Art. 300, do mesmo Regimento.

A título de orientação em tese, sugere-se a leitura da Nota Técnica nº 04/2012/CGNAL-CGACI/DRPSP/SPPS/MPS – CONSIDERAÇÕES SOBRE RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS INCIDENTES SOBRE PARCELAS DE CARÁTER TEMPORÁRIO OU INDENIZATÓRIO, RECOLHIDAS AOS RPPS, (cópia em anexo) do Ministério da Previdência Social.

Informo, também que a citada Lei 10.887/2004, dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41/2003, e estabelece normas gerais para os Regimes Próprios de Previdência, cujo Art. 4º assim dispõe:

“Art. 4º A contribuição social do servidor público ativo de quaisquer dos Poderes da União, incluídas as suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será calculada mediante a aplicação das seguintes alíquotas: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 805, de 2017\)](#)

I – onze por cento sobre a parcela da base de contribuição cujo valor seja igual ou inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS; e [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 805, de 2017\)](#)

II – quatorze por cento sobre a parcela da base de contribuição que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 805, de 2017\)](#)

§ 1º Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas:(grifamos)

I – as diárias para viagens;

II – a ajuda de custo em razão de mudança de sede;

III – a indenização de transporte;

IV – o salário-família;

V – o auxílio-alimentação;

VI – o auxílio pré-escolar; [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 805, de 2017\)](#)

VII – as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;

VIII – a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função comissionada ou gratificada; [\(Redação dada pela Lei nº 12.688, de 2012\)](#)

X – o abono de permanência de que tratam o [§19, do Art. 40, da Constituição Federal](#), o [§5º, do Art. 2º](#) e o [§1º, do Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003](#); [\(Redação dada pela Lei nº 12.688, de 2012\)](#)

X – o adicional de férias; [\(Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012\)](#)

XI – o adicional noturno; [\(Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012\)](#)

XII – o adicional por serviço extraordinário; [\(Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012\)](#)

XIII – a parcela paga a título de assistência à saúde suplementar; [\(Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012\)](#)

XIV – a parcela paga a título de assistência pré-escolar; [\(Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012\)](#)

XV – a parcela paga a servidor público indicado para integrar conselho ou órgão deliberativo, na condição de representante do governo, de órgão ou de entidade da administração pública do qual é servidor; [\(Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012\)](#)

XVI – o auxílio-moradia; [\(Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012\)](#)

XVII – a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, de que trata o [Art. 76-A, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#); [\(Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012\)](#)

XVIII – a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), instituída pela [Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006](#); [\(Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012\)](#)



XIX – a Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP), instituída pela [Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009](#); ([Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016](#))

XX – a Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo (GAEG), instituída pela [Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009](#); ([Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016](#))

XXI – a Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos (GEPR), instituída pela [Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009](#); ([Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016](#))

XXII – a Gratificação de Raio X; ([Redação dada pela Lei nº 13.464, de 2017](#))

XXIII – a parcela relativa ao Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira, recebida pelos servidores da carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil; ([Incluído pela Lei nº 13.464, de 2017](#))

XXIV – a parcela relativa ao Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade de Auditoria-Fiscal do Trabalho, recebida pelos servidores da carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho. ([Incluído pela Lei nº 13.464, de 2017](#))

XXV – o adicional de irradiação ionizante. ([Incluído Medida Provisória nº 805, de 2017](#))

§2º– O servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão, na base de cálculo da contribuição, de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho e do exercício de cargo em comissão ou de função comissionada ou gratificada, da Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), da Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP), da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo (GAEG), da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos (GEPR), da Gratificação de Raio X e daquelas recebidas a título de adicional noturno ou de adicional por serviço extraordinário, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no [Art. 40, da Constituição Federal](#) e no [Art. 2º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003](#), respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no [§2º, do Art. 40, da Constituição Federal](#). ([Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016](#)).

Com isso, espera-se ter apresentado a direção normativa para a adequação do caso concreto relatado, a ser analisado juridicamente no âmbito do Município.

Belém, 02 de fevereiro de 2018.

ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES
CONSELHEIRO RELATOR